

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.838.294 - AC (2019/0274938-3)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
EMBARGANTE : IPÊ EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
ADVOGADOS : LUCIANO OLIVEIRA DE MELO - AC003091
ALBERTO TAPEOCY NOGUEIRA - AC003902
LUANA SHELly NASCIMENTO DE SOUZA - AC003547
EMBARGADO : RENATO DA SILVA MOREIRA
ADVOGADO : WEIMA KEDILA DE SOUZA BARBOSA - AC005278
INTERES. : SP 35 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - EM
RECUPERACAO JUDICIAL
OUTRO NOME : SP-35 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
ADVOGADOS : ADRIANO GALHERA - SP173579
EDER GONÇALVES PEREIRA - SP257346

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração (e-STJ fls. 522/528) opostos à decisão desta relatoria que deu parcial provimento ao recurso especial interposto pela embargante, a fim de excluir sua condenação ao pagamento de danos morais (e-STJ fls. 514/520).

A parte embargante aponta que a decisão seria omissa, quanto à distribuição dos encargos sucumbenciais entre os litigantes, devido ao reconhecimento da sucumbência recíproca deles.

Nesse contexto, entende que a verba honorária sucumbencial deveria ser arbitrada na proporção de 10% (dez por cento) para cada parte.

Não foi apresentada impugnação (e-STJ fl. 532).

É o relatório.

Decido.

Com parcial razão à embargante.

De fato, há sucumbência recíproca das partes.

Isso porque, o embargado sucumbiu quanto aos pedidos de ressarcimento da comissão de corretagem e de condenação da embargante ao pagamento de danos morais (e-STJ fls. 467 e 520), enquanto a empresa sucumbiu nos demais requerimentos do autor (e-STJ fls. 265/266).

Entretanto, não há como arbitrar diretamente nesta sede especial a verba honorária sucumbencial em 10% (dez por cento) para cada parte.

Isso porque, a análise da extensão da sucumbência proporcional revela-se inviável na instância excepcional, haja vista demandar o reexame de matéria fática. No ponto:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO. ÔNUS SUCUMBENCIAIS. PROPORÇÃO A SER FIXADA NA ORIGEM. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284 DO STF.

(...)

2. A apreciação do valor a ser distribuído entre as partes a título de ônus sucumbenciais

Superior Tribunal de Justiça

envolve ampla análise do acervo fático-probatório, consoante as peculiaridades de cada caso concreto, o que é vedado na instância especial pelo teor da Súmula 7 deste Superior Tribunal. Precedentes.

(...)

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp n. 1.286.805/SC, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 18/12/2012, DJe 4/2/2013.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR PROPAGANDA ENGANOSA. REEXAME DE FATOS. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Rever questão decidida com base no exame das circunstâncias fáticas da causa esbarra no óbice da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.

2. O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firme no sentido de não ser possível a revisão do quantitativo em que autor e ré decaíram do pedido, para fins de aferir a sucumbência recíproca ou mínima, por implicar reexame de matéria fático-probatória, procedimento vedado pela Súmula nº 7/STJ.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp n. 895.686/SP, Relator. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 29/11/2016.)

Desse modo, configurada a sucumbência recíproca (art. 86 do CPC/2015), as custas e o valor total dos honorários advocatícios deverão ser suportados na proporção do decaimento das partes, apurando-se os respectivos valores em liquidação.

Em tais circunstâncias, ACOLHO os embargos de declaração, com efeitos infringentes, para reformular a parte dispositiva da decisão embargada a fim de que conste o seguinte:

Ante o exposto, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nesta extensão, DOU-LHE PROVIMENTO, a fim de afastar a incidência da indenização por danos morais. Honorários advocatícios fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor do proveito econômico, com fundamento no art. 85, § 2º, do CPC/2015.

Configurada a sucumbência recíproca (art. 86 do CPC/2015), as custas e o valor total dos honorários advocatícios deverão ser suportados na proporção do decaimento das partes, apurando-se os respectivos valores em liquidação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 25 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator